

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 DO INQUÉRITO POLICIAL

1. Razão de ser do inquérito	1
2. Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Civil	2
3. Fixação das atribuições da Polícia Civil	2
4. Finalidade do inquérito policial	3
5. Caracteres do inquérito policial	3
6. Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial	4
7. Prazo para a conclusão do inquérito	8
8. Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito?	9
9. É indispensável o inquérito?	9
10. Qualificação direta ou indireta do indiciado	10
11. O relatório	10
12. A condução coercitiva do indiciado	10
13. Como se inicia o inquérito policial?	11
14. Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada?	12
15. Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada?	15
16. Modelo de portaria. Observações	16
17. Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações ...	18
18. Modelo de requisição do Juiz. Observações	19
19. Modelo de requerimento da vítima. Observações	21
20. Modelo de representação (reduzida a termo). Observações.	27
21. Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações	28
22. Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações	30

CAPÍTULO 2 DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1. O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo	38
---	----

2. Sentido da expressão “flagrante delito”	42
3. Fundamento atual	42
4. Fundamento anterior	45
5. As modalidades de flagrante	47
6. Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante	49
7. A prisão em flagrante como ato administrativo	51
8. A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada	51
9. Como se lavra um auto de prisão em flagrante	51
10. Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto	53
11. Prazo para a conclusão do inquérito iniciado por auto de prisão em flagrante	57
12. O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante	58
13. O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais ...	58
14. Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva?	59
15. Observações sobre a prisão em flagrante	59
16. Flagrante preparado e flagrante esperado	65

CAPÍTULO 3

DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Etimologia. Noções	71
2. Conceito	74
3. A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário?	74
4. Característicos	76
5. Princípios	77
6. Divisão da jurisdição	81
7. Competência	83
8. Delimitação do poder de julgar	84
9. Onde a causa penal deve ser julgada?	86
10. Prerrogativa de função	91
10.1. Supremo Tribunal Federal	92
10.2. Superior Tribunal de Justiça	94
10.3. Superior Tribunal Militar	96
10.4. Tribunal Superior Eleitoral	96
10.5. Tribunais Regionais Eleitorais	97

10.6. Tribunais Regionais Federais	99
10.7. Tribunais de Justiça	101
10.8. Nosso entendimento quanto à competência originária <i>ratione personae vel muneris</i> dos Tribunais de Justiça	109
10.9. Crime praticado fora do Estado onde o beneficiário de foro privativo exerce suas atividades	110
10.10. Competência originária mesmo cessada a função	111
10.11. Problemas especiais	120
11. Conexão e continência	122

CAPÍTULO 4

DA AÇÃO PENAL

1. Direito de ação	132
2. O processo	133
3. O processo, forma civilizada para a composição dos litígios .	135
4. Ação penal: conceito	136
5. Classificação subjetiva da ação penal	136
6. Da ação penal pública incondicionada	137
7. Ação penal pública incondicionada: princípios	138
8. Da ação penal pública condicionada	142
9. Crimes contra a honra cometidos contra funcionário públi- co em razão da função	155
10. Requisição do Ministro da Justiça.....	158
11. Como se inicia a ação penal: mediante denúncia ou queixa .	162
12. As condições da ação: genéricas e específicas	164
13. Rejeição da denúncia ou queixa.....	168
14. Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa?	172
15. Pode o Promotor desistir da ação penal?	172
16. Como se instaura o processo	173
17. Quando o Promotor recebe autos de inquérito, que provi- dências pode tomar?	173
18. Que deve conter a denúncia?	174
19. Modelo de denúncia	176
20. Observações práticas sobre a atividade do Promotor ao re- ceber os autos do inquérito	177
21. Prazos para a denúncia	178

22. O despacho do Juiz recebendo a denúncia	179
23. Outras observações	182
24. Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências	185
25. Observações	185
26. Pode a autoridade policial deixar de realizá-la?	186
27. Pedido de arquivamento: modelo	186
28. Observações	187
29. Arguição de incompetência: modelo	192
30. Conflito de competência	193
31. Conflito de atribuições	200

CAPÍTULO 5

DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Observações sobre a queixa	203
2. A decadência do direito de queixa	205
3. Procedimento do Juiz ao receber a queixa	208
4. A queixa nos crimes contra a honra. A perempção	210
5. O perdão	211
6. Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa?	212
7. As custas do processo	212
8. Modelo de queixa	214
9. Modelo de procuração	215

CAPÍTULO 6

DA RESPOSTA DO RÉU

1. É a resposta do réu obrigatória ou facultativa?	216
2. Exemplo de resposta do réu	217
3. Observações sobre a resposta do réu	218

CAPÍTULO 7

DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1. O assistente de acusação	222
2. Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente?	222

3. A função do assistente	223
4. Ouvida do Ministério Público	224
5. Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir?	224
6. Atividade do assistente	225
7. Em que hipóteses pode recorrer?	225
8. Prazo para a interposição de recurso pelo assistente	227
9. Pode o Poder Público intervir como assistente?	228
10. A intimação da sentença	229
11. Modelos de pedido de habilitação de assistente	229
12. Modelo de procuração	231

CAPÍTULO 8

DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1. O fato típico	232
2. A antijuridicidade	233
3. A culpabilidade	234
4. A imputabilidade	235
5. A importância do exame de sanidade	235
6. Critérios para aferir a inimputabilidade	236
7. Os menores de 18 anos	237
8. Os doentes mentais	237
9. A embriaguez	238
10. A fusão dos elementos etiológico e psicológico	240
11. Como se comprova a inimputabilidade?	240
12. Oportunidade para o exame de insanidade mental	242
13. Legitimidade	243
14. Procedimento	243
15. Formulação dos quesitos	245
16. A doença mental antes e depois da prática da infração	246
17. Fica o Juiz vinculado à perícia?	247

CAPÍTULO 9

DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento	248
2. Processo e procedimento	248
3. As alterações introduzidas no Processo Penal	250

4. Formas procedimentais	254
5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função	254
6. Procedimento na hipótese de foro sem prerrogativa de função: ordinário e especial	264
7. Procedimento comum ordinário	265
8. Procedimento comum sumário	268
9. Suspensão condicional do processo	270
10. Procedimento das infrações cuja pena máxima não ultrapasse dois anos. Infrações de menor potencial ofensivo. A transação	274
11. O procedimento sumariíssimo	284
12. Procedimento sumário para as infrações de menor potencial ofensivo que não puderem ser julgadas no Juizado nem se subordinarem ao procedimento sumariíssimo	287
13. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal e em leis extravagantes	287
14. Crimes da competência do Júri. Procedimento	292
15. O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>veredicta</i>	305
16. Antecedentes	306
17. A instituição do Júri no Brasil	307
18. Traço marcante do Júri brasileiro e demais caracteres	309
19. Organização e funcionamento do Júri	315
20. Questionário	327
21. Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassificação	337
22. Modelo de sentença absolutória. Observação	338
23. Modelo de sentença condenatória. Observação	339
24. Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observações	341

CAPÍTULO 10

OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO CPP

1. Crimes de responsabilidade de funcionário público. Procedimento	344
2. Crimes contra a honra. Procedimento	347
3. Crimes contra a propriedade imaterial. Procedimento	353

CAPÍTULO 11

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS EM OUTRAS LEIS

1. Crimes falimentares	358
------------------------------	-----

2. Formalidades previstas na Lei n. 11.101/2005	359
3. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências	362
4. Outras formalidades previstas na Lei de Falências. Procedimento	364
5. Crimes de imprensa. Procedimento	367
6. Os prazos prescricionais	370
7. Crimes eleitorais. Procedimento	371
8. Entorpecentes. Procedimento	373
9. Crimes contra a fauna e a flora (Lei n. 9.605/98)	377
10. Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores	378
11. Os crimes previstos no art. 14 da Lei n. 7.505/86, arts. 39 e 40 da Lei n. 8.313/91 e art. 10 da Lei n. 8.685/93	379
12. Crimes de abuso de autoridade. Procedimento	380
13. Crimes contra a economia popular. Procedimento	382
14. Crimes da Lei das Licitações. Procedimento	384

CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES

1. Preliminares	387
2. O procedimento especial	389
3. Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações?	391
4. O procedimento das contravenções eleitorais	391
5. O procedimento dos processos por crimes cometidos por prefeitos municipais. Observação	393

CAPÍTULO 13

DAS ALEGAÇÕES

1. Alegações finais: exemplo	397
2. Observações sobre as alegações finais, orais, ou debates, nos procedimentos ordinário, sumário e sumariíssimo	399

CAPÍTULO 14

DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Da prisão provisória	402
-------------------------------	-----

2. Quando é necessária a prisão processual?	404
3. A prisão decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória recorrível	406
4. Da prisão preventiva	408
5. Da prisão temporária	413
6. Anotações sobre o flagrante	417
7. Da liberdade provisória	418
8. Da fiança. As hipóteses de inafiançabilidade	419
9. Limites da fiança	426
10. Autoridade competente para arbitrar o valor da fiança	428
11. Extinção	428
12. Fiança sem efeito e fiança inidônea	429
13. Reforço	429
14. Fiança sem objeto	430
15. Condenação	430
16. Execução	430

CAPÍTULO 15 DA SENTENÇA

1. Sentença absolutória: exemplo	431
2. Sentença condenatória: exemplo	432
3. Observações sobre a sentença	434

CAPÍTULO 16 DO LIBELO

1. Noções sobre o libelo	452
2. Exemplo de libelo	452
3. Contrariedade do libelo. Observações	454

CAPÍTULO 17 DAS NULIDADES

1. Noções preliminares	456
2. Ato inexistente	456
3. Atos nulos e irregulares	457
4. A nulidade	458

5. Atos essenciais	458
6. Formalidades essenciais	459
7. A classificação dos atos e das formalidades	460
8. Incompetência, suspeição e suborno do Juiz	460
9. Ilegitimidade de parte	461
10. Relação dos atos estruturais	462
11. Nulidades absolutas e relativas no CPP	467
12. Momento para a arguição da nulidade	468
13. Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade?	469
14. Quem pode arguir a nulidade?	469
15. Modos de sanabilidade	470
16. Pode haver nulidade em inquérito?	470

CAPÍTULO 18

DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades	472
2. Fundamento	474
3. Pressupostos lógico e fundamental	475
4. Classificação da sucumbência	476
5. Pressupostos recursais objetivos	481
6. Pressupostos recursais subjetivos	489
7. Juízo de admissibilidade, ou prelibação	490
8. Extinção anormal dos recursos	491
9. Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial	492
10. Recursos voluntários e necessários	493
11. Efeitos dos recursos	496
12. Unirrecorribilidade	498

CAPÍTULO 19

DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. Exemplo de interposição	500
2. Exemplo de razões. Observação	501
3. Considerações	503
4. O recurso em sentido estrito	505
5. É taxativa a enumeração feita pelo art. 581?	506
6. Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito?	507

7. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?	507
8. Prazo para razões e contra-razões	508
9. Pode o Juiz retratar-se?	509
10. E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer?	510
11. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?	511
12. Quando o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal ou Tribunal Regional Eleitoral?	511
13. É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça?	512
14. As decisões que comportam recurso em sentido estrito	513
15. Modelo de interposição de recurso “por termo nos autos” (recurso interposto oralmente)	520
16. Efeitos	521
17. Recurso <i>secundum eventum litis</i> e recurso <i>pro et contra</i>	522

CAPÍTULO 20

DO RECURSO DE APELAÇÃO

1. Exemplo de interposição de recurso de apelo	524
2. Exemplo de razões. Observação	525
3. Exemplo de contra-razões	527
4. Noções	535
5. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?	536
6. Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo?	538
7. Como se interpõe a apelação?	538
8. O prazo para a interposição da apelação e a sua contagem ..	538
9. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contra-razões	540
10. Quando da interposição de recurso nas razões ou contra-razões podem ser juntados documentos?	541
11. Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância?	542
12. A quem é endereçado o recurso de apelo?	544
13. Apelação plena e limitada	544
14. Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância	545
15. Pressupostos próprios do recurso de apelo	546

16. Extinção anormal da apelação	555
17. Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> ?	558
18. A apelação sobe nos próprios autos?	561
19. O § 4º do art. 593.....	561
20. A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação?	562
21. Apelação sumária e apelação ordinária	562
22. Efeitos do recurso de apelação	563
23. Tem a apelação do assistente efeito suspensivo?	563
24. A proibição da <i>reformatio in pejus</i>	564

CAPÍTULO 21

DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Modelo de interposição	572
2. Noções	572
3. É exclusivo da Defesa?	573
4. Quando cabe	573
5. Quantas vezes pode o réu protestar por novo Júri?	573
6. Razão histórica do protesto	574
7. Abolição do protesto	575

CAPÍTULO 22

DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação	578
2. Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça	580
3. Considerações preliminares	580
4. Os embargos infringentes e de nulidade	582
5. Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento	583
6. São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não unânime de segunda instância?	584
7. A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar	586
8. Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia?	586

9. Os embargos no STF	586
10. Os embargos no STJ	588
11. Embargos de divergência	588

CAPÍTULO 23

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Modelo	594
2. Generalidades	595
3. Quando podem ser opostos	596
4. A quem são dirigidos	596
5. Procedimento	597
6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?	597
7. Quem pode interpor os embargos?	598
8. Quem os julga?	598
9. Os embargos na inferior instância	598
10. Retratabilidade	598
11. Suspendem o prazo de outro eventual recurso?	599
12. Extensão dos embargos declaratórios	599

CAPÍTULO 24

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observação	602
2. Exemplo de razões	603
3. Exemplo de contra-razões	605
4. Observações sobre a carta testemunhável	606
5. Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável?	607
6. O prazo para ser requerida a carta testemunhável	609
7. A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante	609
8. Tem a carta testemunhável efeito suspensivo?	610
9. Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância?	610
10. Razões históricas da carta testemunhável	611
11. Como se conta o prazo	612

CAPÍTULO 25
DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Modelo	613
2. Exemplo de razões	614
3. Exemplo de contra-razões	615
4. Generalidades	615
5. Cabimento	616
6. Admite-se a correição no processo civil?	617
7. Origem	617
8. Surgimento da correição no Estado de São Paulo	618
9. É inconstitucional?	618
10. É recurso?	619
11. Procedimento	620

CAPÍTULO 26
DO “HABEAS CORPUS”

1. Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito	624
2. Considerações sobre o <i>habeas corpus</i>	625
3. Se o <i>habeas corpus</i> não é um recurso, qual a sua natureza jurídica?	627
4. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	629
4-A. Teoria brasileira do <i>habeas corpus</i> : exemplo	629
5. Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa?	632
6. Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício?	633
7. Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ?	633
8. A competência originária	634
9. A competência recursal	642
10. Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada?	643
11. Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ?	644
12. Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível?	644

13. Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário-constitucional, que providência poderá ser tomada?	645
14. Alguns casos de <i>habeas corpus</i>	646
15. As informações a serem prestadas pela autoridade coatora ..	646
16. Exemplos de <i>habeas corpus</i> impetrados ao Tribunal de Justiça	647
17. Observações sobre o <i>habeas corpus</i>	661
18. A sustentação oral do <i>habeas corpus</i>	661
19. Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao STJ	661
20. Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i>	662
21. Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado?	663
22. Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem?	664
23. E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário?	664
24. Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ?	665
25. E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada? ..	666
26. Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular?	667
27. O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório	668
28. Finalidade do <i>habeas corpus</i>	671
29. Apresentação do paciente	671
30. Sanções	672
31. Pedido de informações	672
32. Intervenção do Ministério Público	673
33. Como pode ser impetrada a ordem?	673
34. Concessão	674
35. Não-cabimento	675
36. O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i>	675
37. Foi a palavra “iminência”, contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição?	676
38. Liminar em <i>habeas corpus</i>	677

CAPÍTULO 27

DO RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL

1. Exemplo de interposição	680
2. Exemplo das razões	680

3. Os três tipos de recurso ordinário-constitucional	683
4. O recurso criminal ordinário-constitucional, na hipótese do art. 102, II, <i>b</i> , da Magna Carta	683
5. O recurso ordinário-constitucional	686
6. Procedimento	687

CAPÍTULO 28

DA REVISÃO CRIMINAL

1. Exemplo de propositura de revisão criminal	689
2. Apresentada a petição, que providência deve ser tomada?	691
3. Generalidades	691
4. O erro judiciário e a coisa julgada	693
5. A revisão <i>pro societate</i>	695
6. A revisão criminal no Brasil	696
7. A natureza jurídica	698
8. Pressuposto primordial da revisão	700
9. Oportunidade	700
10. Legitimidade	701
11. Pode o Ministério Público requerer a revisão?	703
12. A revisão e a decisão do Júri	703
13. Competência	706
14. Os fundamentos do pedido	707
15. Extinção da punibilidade	709
16. Unificação de penas	710
17. Revisão para aumentar a pena	711
18. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	711
19. Precisa o condenado recolher-se à cadeia?	712
20. Conversão em diligência	712
21. As regras dos arts. 621 e 626 do CPP	713
22. Absolvição e revisão	713
23. Prazo	714
24. O pedido	714
25. Procedimento	715
26. Julgamento	716
27. Improcedência	717
28. Procedência	718
29. Conseqüências	718
30. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?	719

31. Reiteração	722
32. Sentença estrangeira	722
33. A Justiça Eleitoral	723
34. Morte do condenado	723
35. A indenização	723

CAPÍTULO 29

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais	726
2. Recurso extraordinário: conceito	726
3. A denominação “extraordinário”	728
4. Outras funções do STF	729
5. Quando é cabível o recurso extraordinário?	730
6. Legitimidade	731
7. Procedimento	732
8. Denegação. Recurso oponível	736
9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	737
10. Problemas especiais. O questionamento	737
11. Recurso extraordinário e recurso especial	739
12. Modelo	743
13. Súmulas do STF em matéria criminal	746

CAPÍTULO 30

DO RECURSO ESPECIAL

1. O recurso especial	757
2. Quando cabe	757
3. Finalidade	764
4. Procedimento	765
5. Denegação	767
6. Outras funções do STJ	768
7. Súmulas do STJ em matéria criminal	768
8. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal	775
9. Modelos	776

CAPÍTULO 31

DOS AGRAVOS

1. Os agravos no processo penal	795
---------------------------------------	-----

2. Histórico	795
3. O agravo de instrumento no processo penal	796
4. Modelos de agravo de instrumento	799
5. O agravo em execução	811
6. Modelo de agravo em execução	813
7. O agravo regimental	817
8. Modelo de agravo regimental	818
9. O recurso inominado	819
10. Reclamação	820
<i>Bibliografia</i>	821